

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENSAIOS SOBRE HISTÓRIA ANTIGA

Norberto Luiz Guarinello

(TESE APRESENTADA PARA O CONCURSO DE LIVRE-DOCÊNCIA NA ÁREA
DE HISTÓRIA ANTIGA)

2014

Dedico a Istvan Jancó, grande amigo, *in memoriam*

Prefácio

Este livro reúne, em capítulos, uma série de ensaios que sintetizam a parte central de minha produção desde meu doutorado, em 1993*. Todos se referem ao que costumamos denominar de Antiguidade Clássica, embora o próprio termo seja colocado em questão em diversos dos capítulos que seguem. A ideia de coloca-los juntos e em sequência me foi sugerida por diversos colegas que veem continuidade e coerência onde só percebo *flashes* esparsos e descontínuos. São, na verdade, o produto de mais de vinte anos de reflexões sobre o mundo antigo e sobre o mundo atual. Foram pensadas como trabalhos científicos e, ao mesmo tempo, como intervenções, como questões propostas aos leitores contemporâneos.

Não há uma tese subjacente a estes escritos, mas várias. A primeira delas, a mais importante, é a de que a ação humana, de cada um e de todos nós, faz a História. A segunda, a de que a fazemos a partir de elementos já dados, a partir da ordem social. Não há nada de novo nessa ideia: ela já está em Marx. A terceira, enfim, é a de que a ordem social se organiza por fronteiras específicas e que a transformação social é uma transformação dessas fronteiras. A quarta, enfim, depende de uma nova ideia de cotidiano: não como espaço da reprodução, mas como aquele da transformação possível da ordem. Todas as quatro estão, como se verá, subsumidas à noção de memória, na ordem do pensamento, e à de longa duração, na ordem da vida.

Oriundos de textos escritos em tempos diferentes e de maneiras diversas, os capítulos aqui reunidos, acredito, representam o que há de mais coerente na minha produção. A forma ensaística é intencional, pela liberdade que proporciona e que me agrada. O conjunto dos capítulos remete a uma tese ampla, que resumo em poucas

palavras: o conhecimento histórico racional existe e é efetivo, ainda que seja como simples alternativa à ficção histórica. Mas vou além: o conhecimento histórico não é apenas útil. Ele é necessário. É mesmo fundamental para o presente que vivemos e para o futuro que mal podemos antever. É uma das alternativas essenciais ao obscurantismo e à ignorância. Não é mera imposição eurocêntrica. Ainda que originário de uma Europa expansionista, racista e imperialista, depurado de seus ‘pecados’ de origem, é *o ethos*, ou antes, o principal deles, pelo qual concebo as sociedades do futuro.

Mas há uma tese central, mais específica, nesta sequência de ensaios, e que tanto tempo me custou: a de que o conhecimento histórico é um conhecimento positivo, construtivo, cumulativo. A de que é possível, enfim, escrever História de um modo científico. Ela responde a um desafio específico, que me foi posto por Nicholas Purcell em 2003. E é essa História que proponho, a partir da terceira parte: a História do Mediterrâneo Antigo na idade do ferro. A História de um processo de integração.

Este livro se divide em três partes, como as *Gálias* de César. A primeira reúne textos teóricos, que forneceram fundamentos para as reflexões mais empíricas. A segunda é habitada por estudos mais específicos nos dois campos sobre os quais me debrucei: os estados-cidades e o Império. O terceiro é ocupado pela parte mais selvagem, mais ensaística: uma narrativa sobre o mediterrâneo na longa idade do ferro.

Como disse, estes textos foram concebidos ao longo dos últimos vinte anos. Muitas águas passaram a minha frente nessas décadas, as verdades nas quais eu cria se esvaíram e fui conduzido a observar outras ‘verdades’, a vê-las sem o peso da crença. O futuro é agora para mim uma incerteza, como sempre foi para todos os seres humanos. Não há angústia nessa constatação. Pelo contrário, é um motivo de felicidade. Nada é dado, nada é definido. Se hoje apresento esta tese, é porque tive o incentivo de grandes amigos, Antonio Penalves Rocha, Fábio Faversani, Ermelino Romeu Ferreira, Carlos

Augusto Ribeiro Machado, Deivid Valério Gaia e muitos outros. Mas, sobretudo, de Solange, meu grande amor, e de meus muitos filhotes.

* Este livro reúne textos publicados, originalmente, pela ordem, em: *RBH*, 7, 13, p. 49-62, 1994; *RBH*, 1, 1, p. 113-127, 2007; *Politéia*, 3, 1, p. 42-62; Maria Beatriz B. Florenzano & Hirata, E. (org.) *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo, Edusp, 2009, p. 109-120; Pinsky, J. (org.) *História da Cidadania*. São Paulo, Contexto, 2003, p. 23-29; inédito; Funari, P.P. (org.) *Política e identidades no mundo antigo*, São Paulo, Annablume, 2009, p. 147-162; inédito; Guarinello, N.L. *História Antiga*, Contexto, 2012. Todos com alterações de maior ou menor monta.

SUMARIO

PARTE I : TEXTOS TEÓRICOS	8
1. MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA CIENTÍFICA	9
2. HISTÓRIA DO COTIDIANO	26
3. UMA MORFOLOGIA DA HISTÓRIA	53
CONCLUSÃO	75
PARTE II : CIDADE E IMPÉRIO	78
1. MODELOS TEÓRICOS SOBRE A CIDADE DO MEDITERRÂNEO ANTIGO	79
2. A CIDADANIA ANTIGA	97
3. UNIDADE E DIVERSIDADE NO IMPÉRIO ROMANO	118
4. IMPÉRIO ROMANO E IDENTIDADE GREGA	135
5. O IMPÉRIO ROMANO E SUAS FRONTEIRAS	150
PARTE III : PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NO MEDITERRÂNEO ANTIGO (SÉCULOS X A.C. – V D.C)	161
INTRODUÇÃO	162
1. HISTÓRIA ANTIGA E MEMÓRIA SOCIAL	164
2. A HISTÓRIA DA HISTÓRIA ANTIGA	173

3. A HISTÓRIA ANTIGA CONTEMPORÂNEA	185
4. O MEDITERRÂNEO: PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO	205
5. NAVEGAÇÕES	216
6. ESTADOS-CIDADES	234
7. HEGEMONIAS	255
7. O IMPERIALISMO ROMANO	283
9. O IMPÉRIO	294
10. NOVAS FRONTEIRAS: UM NOVO MUNDO?	317
CONCLUSÃO	329

7. Hegemonias

A partir de meados do século V a.C., nossa documentação cresce imensamente. Uma das causas foi o surgimento da tradição literária grega e do ensino escolar. Mas as fontes escritas tendem a se concentrar em certos lugares, como Atenas, e sobre certos assuntos: a História, a tragédia e a comédia atenienses, os discursos públicos e judiciários. É em Atenas, também, que se inicia o chamado “hábito epigráfico”, ou seja, a difusão de inscrições públicas: funerárias, comemorativas ou legais.

Além dos textos em grego, possuímos escritos em papiro, no Egito, e uma coleção importante de textos cuneiformes, no Mediterrâneo oriental e, sobretudo, na Mesopotâmia e na Pérsia. No Mediterrâneo ocidental, apesar de a escrita ter sido adotada por diferentes povos, como etruscos, latinos, celtas, iberos e púnicos, os testemunhos escritos são raros.

Uma grande parte da nova documentação é puramente material: casas, cidades, muralhas, templos, esculturas, objetos de uso cotidiano, como recipientes de cerâmica para transporte (as ânforas), vasos cerâmicos decorados, objetos de luxo e utilitários, moedas. A expansão dos vestígios arqueológicos nos permite acessar mais lugares e, acima de tudo, ter uma visão mais global, quase um índice, da expansão das forças produtivas e do acúmulo de trabalho morto nos séculos seguintes.

Houve no vasto período que denominamos de “hegemonias” (séculos V a II a.C.), um grande aumento da complexidade social no Mediterrâneo, o que acarreta um aumento na complexidade da narrativa. As interconexões e as fronteiras que as

determinavam começaram a mudar de forma. É importante ressaltar, neste ponto do livro, que os historiadores se beneficiam de uma visão retrospectiva. Eles sabem o que vai acontecer em seguida. Os próprios contemporâneos desse processo, no entanto, não tinham plena consciência dele. A integração nunca foi um projeto consciente, nem seguiu um fim determinado, nem teve uma única causa. Como veremos a seguir, seu percurso dependeu, muitas vezes, de circunstâncias históricas inesperadas ou foi fruto de ações humanas específicas, cujo resultado raramente fora aquele previsto antes.

A característica principal do período das hegemonias foi o surgimento progressivo de grandes centros de poder no e sobre o Mediterrâneo. As interações ao longo do Mediterrâneo e mesmo com o mar Negro e o interior da Europa, continuaram se intensificando e se reforçando com o tempo, ou seja, se institucionalizando. A cidade de Corinto, na Grécia continental, permaneceu, por exemplo, como um grande polo nos tráficos mediterrânicos, unindo o mar oriental ao Mediterrâneo ocidental, por meio de uma cadeia de contatos que incluía suas colônias a oeste e muitos assentamentos púnicos.

Atenas também se tornou, entre os séculos VI e V a.C., um dos centros das redes mediterrânicas. Sua cerâmica de luxo, na qual predominavam recipientes para o consumo de vinho – a chamada cerâmica de figuras negras, depois de figuras vermelhas – é encontrada em todo o Mediterrâneo. Sua perfeição artesanal e figurativa tornou-a um objeto de luxo para etruscos e citas, em pontos opostos do Mediterrâneo. Exemplos dessa produção foram descobertos, em grande quantidade, nas sepulturas de suas elites. Nem só de cerâmica viviam os portos de Atenas, que no século V a.C. construiu o grande porto do Pireu, mas essa é a face mais visível de sua posição central na teia do Mediterrânico – posição que logo se converteria em poder.

Foi o conflito entre os grandes centros de poder que reconfigurou as fronteiras do Mediterrâneo. Para narrar esses conflitos e suas consequências, temos que, por um momento, dividir a narrativa entre as duas metades do Mediterrâneo. Isso se deve ao fato de que as extensões de poder sobre o mar e as terras foram, de início, eventos regionais. Como veremos, eles ocorreram mais cedo e mais rapidamente, na metade oriental do mar.

O primeiro grande impacto sobre o Mediterrâneo oriental veio de longe, das terras da Mesopotâmia. Sobre os escombros do império neoassírio e do subsequente império babilônico, erguera-se um poder completamente novo: o império persa. Os persas construíram seu domínio sobre a base já instalada dos impérios anteriores, mas conseguiram uma estabilidade e uma extensão territorial únicas. Ao processo de expansão, uniram-se a manutenção das realidades, das crenças e das elites locais. Estenderam uma ampla rede de estradas sobre as áreas conquistadas e as organizaram em regiões (as satrapias) quase autônomas.

É do período persa que data a volta dos judeus do exílio na Babilônia e a reconstrução do templo em Jerusalém. Os mais antigos textos bíblicos foram redigidos, provavelmente, à época da volta do exílio. Foi sob os persas, igualmente, que, pela primeira vez, uma potência originada da Mesopotâmia conseguiu controlar as margens orientais do Mediterrâneo e toda a Anatólia. Os persas expandiram seu domínio sobre o Levante, as cidades fenícias, o Egito, o reino da Lídia, no centro da Anatólia e começaram a penetrar no mar Negro e no norte do Mediterrâneo oriental. No oriente, dominaram o planalto persa, as tribos afegãs e chegaram até à Índia. Criaram uma cultura rica e única, apropriando elementos de todos os povos conquistados. Fundaram uma nova religião, o zoroastrismo, que influenciaria muitos habitantes do Mediterrâneo, como, mais tarde, ocorreria com o maniqueísmo. Os persas mereceriam um capítulo à

parte, não fosse pelo recorte adotado neste livro – o Mediterrâneo. Como afirmamos no início, os recortes são necessários para o historiador, mas impõem escolhas. Essa é uma das escolhas difíceis de fazer.

Nas décadas finais do século VI a.C., todas as cidades gregas da costa da Anatólia, como Mileto e Efeso, encontravam-se sob controle persa. O Império criou uma fronteira inédita às pólis do mar. Não era, contudo, uma barreira: influências culturais, comércio e indivíduos continuaram a circular e, no que se refere ao interior da Mesopotâmia, abriram-se espaços novos para a circulação a partir do Mediterrâneo de soldados, artesãos, mercadores, trabalhadores e viajantes. Por sua extrema riqueza e extensão, por sua estabilidade política e por sua grande originalidade cultural, o Império persa era um novo polo de atração sobre o Mediterrâneo.

Mas a expansão persa colocou limites à expansão das próprias cidades gregas. O Egito, conquistado, parou de contratar mercenários gregos. O sistema centralizado persa, por outro lado, limitou a capacidade de algumas cidades gregas de estenderem suas rotas e seu poder. Mileto, por exemplo, que havia colonizado o mar Negro, perdeu sua hegemonia na área. E o controle do mar Negro e do estreito que levava a ele, o Bósforo, era vital para o suprimento de trigo, de peles, de escravos e outros bens trocados pelo artesanato das pólis gregas.

O Império persa, além disso, continuava em expansão em direção às terras da Europa. Dario I invadiu a Trácia, ao norte do Mediterrâneo, e suas tropas atravessaram o Danúbio. O extenso reino da Macedônia, no norte da Grécia e muitas ilhas do Egeu se submeteram a seu domínio. Os persas também formaram uma marinha poderosa com o auxílio de egípcios, gregos e, sobretudo, fenícios. Com ela, assumiram uma posição de domínio sobre as costas no entorno do Mediterrâneo oriental (assim como fizeram no Golfo Pérsico).

O conflito em torno do mar Egeu foi intenso por cerca de 50 anos, mas suas consequências se fizeram sentir nos séculos posteriores. Em 499 a.C., as cidades gregas da Anatólia se revoltaram, mas foram derrotadas seis anos depois. Em 490 a.C., um contingente persa invadiu o norte da Ática, desembarcando em Maratona, mas foi vencido pelas tropas atenienses. Dez anos depois, o rei persa Xerxes organizou uma grande expedição contra a Grécia balcânica. Com apoio de sua marinha, de um imenso exército e de muitas cidades gregas, Xerxes chegou a tomar e devastar Atenas, mas foi derrotado em duas batalhas: uma naval, em Salamina, outra terrestre, em Plateia. Os persas perderam, por completo, o domínio do mar, mas não seu Império continental. Esparta, com seus hoplitas, e Atenas, com sua marinha de guerra, tiveram um papel crucial nessas vitórias gregas. Nossa principal fonte para essas guerras é o livro *Histórias*, de Heródoto, escrito após muitas viagens ao redor do oriente mediterrâneo.

É importante ressaltar que, a partir do século V a.C., a guerra tornou-se endêmica no Mediterrâneo. Foram séculos de guerra contínua, com maior ou menor intensidade, ao redor de toda a bacia. O trabalho acumulado nos séculos anteriores tornara possível um adensamento dos contatos, um compartilhamento de informações e estruturas sociais, uma organização dos territórios rurais que propiciava a extensão de redes de poder. Foram os pontos centrais dessas redes que animaram o conflito nos séculos seguintes. Os centros maiores, mais estáveis e polos de contatos, exerciam pressão sobre os menores. Mas o poder não era apenas um fim em si mesmo: junto com ele vinham o prestígio, a estabilidade política interna, o controle de vastas áreas e benefícios concretos, materiais.

A principal beneficiária da derrota persa foi Atenas. Já no século VI a.C., a cidade ocupava uma posição de proeminência no Mediterrâneo. Após as reformas de Solon, a cidade fora dominada pela tirania dos psistráidas, mas manteve uma longa

estabilidade política. As reformas de Clístenes, em 507 a.C., deram um grande impulso ao estabelecimento da plena democracia ateniense. Ele eliminou as classes políticas definidas pela riqueza, fixadas por Sólon, rompeu as divisões territoriais que ainda subsistiam na Ática e abriu a participação política a todos os cidadãos atenienses, mesmo os sem propriedades. Após alguns retoques no século V a.C., o sistema político estabilizou-se por dois séculos, garantindo aos cidadãos de Atenas, em conjunto, a participação nas atividades de governo: assembleia, conselho e tribunais judiciários, administração da cidade e comando militar. Os cidadãos recebiam, até mesmo, uma compensação monetária para participarem da vida pública. Péricles foi um dos grandes nomes dessa democracia.

Em Atenas, os cidadãos mais ricos eram obrigados a *liturgias* – ou seja, a aplicar parte de sua riqueza em benefício público, como construir e armar um navio de guerra ou produzir um concurso teatral. Sem esse sistema, não teríamos ainda as tragédias de Ésquilo, Sófocles e Eurípides, ou as impagáveis comédias de Aristófanes. A democracia ateniense admitia mesmo seus críticos. Foi a mais radical desse “mundo antigo”, embora fosse, de nosso ponto de vista, excludente: mulheres, estrangeiros e escravos não participavam da política, embora fossem parte ativa da vida social.

Atenas era uma cidade rica. Já vimos a extensão que atingiu a exportação de sua cerâmica de luxo, que dominou o Mediterrâneo até o século IV d.C., pelo menos. O principal produto agrícola de Atenas era o azeite e a cidade dependia da importação de trigo para alimentar sua imensa população. Mas sua produção artesanal era também muito importante e, no início do século V a.C., descobriram-se minas de prata que viriam a financiar sua marinha de guerra.

Atenas tornou-se um ponto focal nas conexões no Mediterrâneo. Seu grande porto, o Pireu, unido à cidade por grandes muralhas, começou a atrair cada vez mais

comerciantes, banqueiros, artesãos, artistas e pensadores de todo o Mediterrâneo. Na região do porto ergueu-se uma, por assim dizer, segunda cidade, moradia de metecos, diretamente ligados à riqueza que vinha do mar. O Pireu foi um dos baluartes da democracia. Os próprios metecos participaram das guerras de Atenas e ajudaram a derrubar um golpe oligárquico em 404 a.C.

A vitória sobre os persas em 479 a.C. foi sucedida pela criação de uma aliança de cidades gregas, a Liga de Delos, sob a liderança de Atenas, para combater a presença persa no Mediterrâneo. Essa Liga foi a base da hegemonia ateniense. Os persas foram expulsos do mar Egeu e das costas da Anatólia. A Liga começou como uma aliança de cidades, mas o poder desproporcional de Atenas logo se fez sentir. Tornou-se impossível sair da aliança sem uma rebelião – e elas foram sempre sufocadas.

Em meados do século, o tesouro da Liga foi transferido do templo de Apolo, na ilha de Delos, para a própria Atenas, que o utilizou para embelezar a cidade e distribuir benefícios a seus cidadãos. Algumas cidades aliadas, após tentarem a secessão, tiveram seu território confiscado e redistribuído para atenienses pobres e ricos, as chamadas clerúquias. Foi o século de Atenas que chamamos de “clássico”. O século de Péricles, de Tucídides, dos grandes trágicos, como Ésquilo, Sófocles e Eurípides – foi o século que viu a construção do Parthenon, o grande templo a Atena que ainda domina a acrópole da cidade.

A hegemonia ateniense teve consequências amplas. A expansão de seu poder favoreceu a cunhagem de moedas, a imposição dos padrões monetários e de peso pela Liga, o aumento da escravidão, o fortalecimento do camponês médio, a sobrevivência dos cidadãos mais pobres, através da participação na marinha guerra e a transformação de Atenas em centro cultural erudito e em modelo para a Grécia. Atenas abriu suas fronteiras externas para os metecos, mas fechou ainda mais as internas: apenas filhos de

pai e mãe ateniense passaram a ser considerados cidadãos plenos, com direitos aos benefícios da hegemonia.

Atenas é considerada o exemplo mais clássico de uma pólis democrática. Por isso, é necessário ressaltar as diferenças entre a democracia moderna e a antiga. Como nas outras pólis, a igualdade dos cidadãos se erguia sobre um amplo fundo de desigualdades. A sociedade ateniense, com seus escravos, estrangeiros, metecos e mulheres, sempre foi mais ampla do que a própria pólis, na definição dos antigos. Para estes, como Aristóteles, a pólis era apenas a comunidade dos cidadãos – os ativos, que participavam da política e os passivos, que tinham direitos sociais e econômicos semelhantes, mas não os políticos. A população de uma cidade antiga, no entanto, sempre foi mais ampla. E no caso de Atenas, muito mais.

As consequências da hegemonia ateniense não foram apenas internas. Atenas foi um regime democrático estável e expansionista e favoreceu a instauração de regimes democráticos nas regiões sob seu controle. Muitas cidades oligárquicas, por outro lado, faziam parte da aliança de Esparta, a Liga do Peloponeso. A guerra entre essas duas alianças sacudiu o Mediterrâneo oriental na segunda metade do século V a.C. Foi a chamada Guerra do Peloponeso, tema de um dos maiores historiadores do mundo antigo: Tucídides, o ateniense.

Através dele podemos ter uma noção do que significava a democracia em Atenas. No discurso que atribui a Péricles, como homenagem aos atenienses mortos em batalha, faz o general dizer que as leis da cidade concediam uma justiça equânime para todos, apesar de suas diferenças. Se um homem era capaz de servir à pólis, não era impedido por sua condição obscura. Dizia ainda Péricles, no relato de Tucídides, que a liberdade que se gozava na vida pública estendia-se para a vida privada. A justiça era

igual para todos sob a lei e os estrangeiros tampouco eram excluídos da possibilidade de viver e aprender em Atenas.

A Guerra do Peloponeso foi uma complexa luta pelo poder. Um dos panos de fundo da guerra foi a disputa entre duas grandes cidades portuárias, Corinto e Atenas, com interesses em ambos os lados do Mediterrâneo. Outro foram os conflitos internos dentro de várias outras cidades que a guerra atçou de maneira extrema. Ricos e pobres, nas pólis menores e mais comuns, podiam tentar resolver suas diferenças apelando para um poder externo. Como afirma Tucídides, que foi contemporâneo aos eventos, a disputa interna, que começara na ilha de Córçira, foi a primeira entre ricos e pobres e por isso pareceu por demais sangrenta. Depois, estendeu-se por toda a Grécia. Por toda a parte, “os primeiros do povo (*demos*)” de cada pólis chamavam os atenienses para lutar ao seu lado e “os poucos (os oligarcas)” chamavam os lacedemônios. Na paz não tinham nem pretexto nem disposição para chamá-los. Na guerra, pela possibilidade de ferir os adversários, era mais fácil trazê-los para os que queriam mudanças. E segue Tucídides: os sofrimentos que a disputa trouxe para as cidades foram muitos e terríveis, como os que ocorreram e ocorrerão enquanto a natureza do homem for a mesma, embora mais severos ou mais suaves e com sintomas distintos, dependendo da variedade de cada caso.

Mesmo entre populações dominadas e não cidadãs, como no caso peculiar de Esparta, o século V a.C. conheceu grandes revoltas. A presença agressiva dos hilotas subjugados, sobretudo na Messênia, impedia o exército espartano de afastar-se muito do Peloponeso. Como os messênios não eram escravos isolados, mas comunidades inteiras dominadas, seu poder coletivo de rebelião era muito grande. Foi o caso da grande revolta de 464 a.C., que se sucedeu a um terremoto e para cuja supressão os espartanos contaram com o auxílio de várias outras cidades.

O poder de expansão militar espartano foi sempre limitado pela presença deste “inimigo interno”. Já da perspectiva do Império persa, a guerra entre atenienses e peloponésios foi a princípio um distúrbio na sua periferia ocidental. Os persas auxiliaram tanto atenienses quanto espartanos, injetando no Mediterrâneo suas moedas de ouro: os dárlicos. Não é possível entender a história das cidades gregas nos séculos V e IV a.C. sem considerar a potência persa. Ela permanecia hegemônica.

Por algumas vezes, a guerra extrapolou o âmbito do Mediterrâneo oriental. Em 415 a.C., Atenas montou uma grande expedição contra Siracusa, então uma das maiores cidades do mar ocidental. A ideia de transferir a guerra para o oeste dividiu a cidadania ateniense e foi objeto de longos debates na assembleia. A decisão final, favorável, mostra como as rotas e as alianças entre as duas metades do Mediterrâneo também eram um dos elementos da disputa entre hegemonias. Mas a expedição foi um fracasso total. Não havia ainda uma força capaz de dominar as costas do Mediterrâneo como um todo.

Apesar de seu caráter destrutivo, devemos considerar a guerra e, de modo mais geral, a competição entre as cidades, um fator acelerador da integração mediterrânica. Não apenas porque promovia alianças entre lugares distantes, mas também porque intensificava a competição dos combatentes por maiores recursos, por mais eficiência produtiva e comercial e por melhores tecnologias. Atenas, por exemplo, se tornou um polo comercial, artístico e intelectual. Consolidou sua democracia, reformou a gerência do Estado e se tornou estável por mais de dois séculos. É um bom momento para ressaltar que os processos de integração não são positivos em si mesmos. Muitas vezes se constroem sobre a dor e a exploração de seres humanos e comunidades inteiras.

A derrota final de Atenas em 404 a.C. não foi o fim da cidade, nem dos conflitos no Mediterrâneo oriental. Atenas permaneceu como uma cidade democrática e fortaleceu as instituições do Estado por meio de diversas reformas. O orador e professor

Isócrates, em seu Panegírico 50, apresenta mesmo Atenas como a escola da Grécia. Nossa cidade, diz ele, ultrapassou tanto os outros homens em sabedoria e poder de expressão que seus alunos se tornaram os professores do mundo. Segundo Isócrates, a própria denominação “grego” deixara de marcar uma origem étnica, para assinalar uma forma de educação. Os bem-educados, de qualquer origem, podiam ser considerados gregos. Essa concepção teria grande importância no futuro da região.

O século IV a.C. conheceu sucessivas hegemonias entre os gregos – de Esparta e de Tebas – e a continuidade da influência do ouro persa. Não houve uma diminuição drástica dos contatos externos, mas os conflitos internos se tornaram mais agudos. Essa tendência deveu-se a múltiplos fatores, como a gradual monetização da economia e o fim dos sistemas políticos democráticos, que garantiam uma melhor redistribuição de renda nas comunidades. Como durante a Guerra do Peloponeso, os pobres ainda precisavam de terra e do perdão das dívidas – ou da possibilidade de se empregar como piratas ou mercenários. A instabilidade interna foi a marca das cidades gregas no século IV a.C. Mão de obra farta para aventuras não faltava, desde que pudesse ser organizada.

As pólis do Mediterrâneo oriental não dispunham desse poder de organização, pois estavam centradas na separação entre cidadãos e estrangeiros e se viam confrontadas com sua própria pequenez territorial. Sem o domínio absoluto do mar, suas forças territoriais eram escassas. Mesmo Esparta, no auge do seu poderio militar, não conseguia por em campo mais de 10 mil cidadãos hoplitas. Já o metal cunhado, fosse ouro ou prata, permitia arregimentar exércitos muito maiores, mas de mercenários, não de cidadãos.

Quando os historiadores mencionam a crise da pólis no século IV a. C., tem em mente esses dois fatores: suas lutas internas e a impossibilidade de qualquer pólis concreta estabelecer uma hegemonia durável. Esta viria, na segunda metade do século,

de outro tipo de poder territorial: o grande reino da Macedônia, que incluía cidades, territórios agrícolas, camponeses dependentes e uma ampla gama de recursos humanos e materiais, sobretudo ouro.

A expansão do reino da Macedônia, de Felipe II a Alexandre, o futuro conquistador da Pérsia, representou um novo caminho na integração da bacia oriental do Mediterrâneo. Embora pudesse parecer mais primitivo politicamente que o mundo das pólis, representou, na verdade, um avanço sobre elas, circunscritas por seus territórios limitados. Um rei legítimo, dominando vastas áreas heterogêneas, podia agregar exércitos muito maiores. Podia, assim, quebrar a antiga relação entre força militar e cidadania. Podia impor-se às cidades, apesar e, às vezes, por causa mesmo de suas diferenças internas.

Foi por meio da força militar macedônica que a Grécia continental se submeteu a Felipe e que, em seguida, a antiga Pérsia, sacudida por dissensões internas, foi derrotada, nas campanhas de Alexandre, entre 334 e 323 a.C. Pelos dois séculos seguintes, o Mediterrâneo oriental, desta vez estendendo-se até os confins da Índia, seria um mundo de reinos. As fontes literárias contemporâneas quase não sobreviveram na tradição escrita. Como veremos, muito depende de fontes bem posteriores e de inscrições. Para acompanharmos as transformações que se sucederam, devemos olhar, por um instante, para o outro lado do Mediterrâneo.

Para o Mediterrâneo ocidental, nossas fontes literárias principais remanescentes são Políbio, que escreveu suas histórias no século II a.C., Diodoro da Sicília, que resumiu vários historiadores à época de Augusto, trabalhando na grande biblioteca de Alexandria e o grande historiador latino Tito Lívio, que redigiu sua imensa *História de Roma* no final do século I a.C. Muito do que podemos afirmar, além disso, depende de fontes materiais, isto é, do trabalho dos arqueólogos. Aqui, o desenvolvimento da pólis

e sua interação com os territórios não “políticos”, conduziu a uma realidade histórica bastante diferente.

O processo de centralização, ou seja, de criação de nódulos nas redes, também parece evidente a partir do século V a.C. Cidades como Cartago no norte da África, de origem fenícia, mas agora independente, ou Siracusa na Sicília e Tarento no sul da Itália, tornaram-se polos de conexões comerciais, políticas e culturais e disputaram a dominação sobre o mar e suas terras. Siracusa, em particular, nos é conhecida pelo brilho de sua cultura (o célebre filósofo ateniense Platão a visitou), por suas mudanças na forma de governo (tirania, democracia e reinado) e por sua política expansionista contra Cartago e o sul da Itália.

Siracusa estava plenamente integrada aos tráficos mediterrânicos, não apenas aos comerciais. Após a derrota da esquadra ateniense que tentou conquistá-la, a cidade enviou parte de sua armada, em diferentes ocasiões, para auxiliar a frota espartana. É significativo o fato de que os atenienses escravizados em 415 a.C. podiam ganhar sua liberdade se soubessem declamar bem as tragédias de Eurípides. A integração cultural continuava a despeito das guerras. A expansão do teatro pelo Mediterrâneo ocidental é um dos elementos notáveis dos séculos IV e III a. C. Com o passar dos séculos, o espaço do teatro se tornaria um dos denominadores comuns de todas as cidades. Os vários projetos expansionistas de Siracusa parecem ter esbarrado em um problema central: a escassez de recursos humanos entre seus cidadãos e a consequente dependência de soldados estrangeiros, contratados como mercenários. Um problema semelhante afetaria a existência de Cartago.

Cartago, após o declínio de Tiro, na Fenícia, permaneceu como o poder dominante no ocidente mediterrânico até o século III a.C. Não temos muitas fontes escritas para traçar a história da cidade, mas esta se organizava, sem dúvida, como uma

pólis, com uma forte identidade religiosa, marcada, entre outros elementos, pelo que chamamos de *tophet*: um lugar sagrado, de sacrifício, onde se ofereciam aos deuses os bebês recém-nascidos de uma geração.

De início, uma monarquia, como sua cidade-mãe, Cartago tornou-se uma oligarquia e, provavelmente, já no século III a.C., uma democracia. A Arqueologia nos mostra os cartagineses controlando, através de cidades e *emporia*, a maioria dos pontos de tráfego da região: do oeste da Sicília até a Córsega, da costa da Itália até a península ibérica. Os cartagineses eram, acima de tudo, comerciantes, e parecem ter centrado sua atenção na mineração e na produção de peixes em conserva. Mas seus navegadores eram polivalentes e aparecem em todo o Mediterrâneo ocidental – e mesmo além.

No norte da África, Cartago fundou várias cidades e, com o tempo, ocupou as férteis terras agrícolas do interior, submetendo a população local e garantindo um grande suprimento de trigo. Cartago tornou-se uma cidade muito rica, mesmo que sua influência cultural pareça menor que a de outras grandes cidades, como Atenas. Mas essa percepção se deve ao fato de que a tradição literária e o artesanato de luxo continuaram a provir do oriente.

No ocidente, a luta pela hegemonia acabou por centrar-se na disputa entre duas cidades: Cartago e Roma. Para entendermos essa polarização, é necessário que nos voltemos para os desenvolvimentos na península itálica. Foram eles que determinaram, na longa duração, os rumos assumidos pelo processo de integração no Mediterrâneo como um todo.

A Itália constituía um mundo à parte. Estendida no centro do Mediterrâneo, era habitada por povos distintos, com identidades étnicas amplas, abrangendo grandes regiões: etruscos, umbros, latinos, campanos, samnitas, messápios, lucanos, entre outros. Em geral associadas a um culto comum, centralizado em um santuário, essas

identidades atuavam como forças de ação coletiva. Elas se criaram e se transformaram ao longo do tempo, tanto por mecanismos internos, quanto pela influência externa: pelo comércio, pela troca de ideias e de pessoas e pela guerra.

Nossas informações textuais sobre a história da Itália são limitadas, pois a historiografia antiga sobrevivente se concentra em apenas uma cidade: Roma. É a Arqueologia que tem permitido conhecer melhor o desenvolvimento do mosaico italiano.

Como vimos, partes da Itália foram incluídas e fortemente influenciadas pelos tráficos mediterrânicos desde o século VIII a.C. O impacto e a reação a eles foram diferentes ao longo da península. No sul, os gregos estabeleceram colônias de ocupação, geralmente em lugares com bons portos. A colônia mais setentrional foi Nápoles, no Golfo que leva seu nome até hoje. É o conjunto dessas cidades que chamamos de Magna Grécia.

Fragmentos de autores antigos e fontes arqueológicas nos mostram que eram cidades florescentes. Algumas, como Síbaris e Tarento, tornaram-se sinônimos de luxo. Foi na Magna Grécia, igualmente, que surgiu um dos mais antigos movimentos filosóficos e religiosos gregos: o pitagorismo, fundado por Pitágoras de Samos. Outras seitas difundidas na Magna Grécia foram o orfismo e o dionisismo.

A região sempre foi marcada pelas disputas entre as cidades – Síbaris, por exemplo, foi completamente destruída por sua rival, Crotona – e pelos conflitos com os habitantes das regiões adjacentes, como messápios, lucanos e daúnios pelo controle de territórios. Mas foi também um lugar de trocas culturais e tecnológicas, de comércio e de exploração de mão de obra. Na Magna Grécia, os vínculos com o Mediterrâneo oriental sempre permaneceram fortes. Dois exemplos: Platão foi influenciado pelo

pitagorismo; exércitos vindos do oriente, como o de Pirro, foram usados por Tarento em sua luta contra os itálicos e contra Roma.

Uma região particular da Itália foi a Etrúria, no centro-oeste da Itália. Foi a primeira a organizar-se em pólis e a abrir-se confiantemente para influências externas, tanto gregas como fenícias e, depois, púnicas. No século VI a.C., o artesanato etrusco, em cerâmica e bronze, começou a aparecer em todo o Mediterrâneo ocidental e até mesmo no centro da Europa. Eram cidades, aparentemente, dominadas por uma aristocracia guerreira, organizada em famílias fechadas – o principal testemunho são suas grandes sepulturas, algumas com objetos de luxo extremado. A população agrícola era, provavelmente, subordinada aos aristocratas, que formavam bandos guerreiros com seus seguidores.

Os etruscos colonizaram ou influenciaram uma vasta região da costa do mar ocidental da Itália, chamada de mar tirrênico. Algumas de suas fundações, como a cidade de Marzabotto, foram planejadas minuciosamente, seguindo um plano ortogonal influenciado, muito provavelmente, pelo mundo colonial grego ou pelo oriente. Foram também grandes engenheiros, construindo amplos túneis subterrâneos para a drenagem das planícies. Roma foi, por certo tempo, uma cidade etrusca, até a queda dos reis. A influência etrusca pode ser sentida até o sul da Campânia, em Pompeia, mas parece ter declinado no século V a.C.

Os etruscos e os latinos nos permitem redimensionar a palavra periferia, quando tratamos do Mediterrâneo antigo. Não se trata, na maioria dos casos, de um espaço explorado por um centro, mas de lugares que acolhem uma série de novidades, religiosas, técnicas, institucionais e culturais, para remodelar suas próprias comunidades. Nesse sentido, houve também múltiplos centros difusores no

Mediterrâneo. As próprias cidades gregas, como vimos, podem ser pensadas, por dois séculos, como a periferia do mundo persa.

A região da Campânia mostra como essas influências se cruzaram: colonizada por gregos e etruscos, assumiu, a partir do século IV a.C., uma identidade e uma língua próprias, o osco, derivado das altas montanhas dos Apeninos. Não é necessário pensar em uma invasão maciça ou em migração populacional, embora seja possível. É mais simples observar o processo como uma fusão de comunidades diferentes por meio de lentas migrações para as pólis a partir do interior, já que a Arqueologia não nos revela traços de destruição.

As populações das montanhas dos Apeninos mantiveram por séculos identidades e formas de organização próprias, mais fluidas que as das pólis costeiras. Isso não significa que se mantiveram isoladas, mas que suas aristocracias guerreiras conseguiram evitar os controles e as fronteiras de uma pólis, sem perder seu vigor guerreiro. Foi o caso, em particular, dos samnitas, que mantiveram uma organização “étnica”, centralizada em grandes santuários, como o de Pietrabbondante.

Outra região particular foi o vale do rio Pó, no norte da Itália. Zona de antigos contatos com o oriente grego, o vale foi invadido por populações celtas no final do século V a.C. que se tornaram uma ameaça constante para as populações ao sul. Foram, com certeza, um fator de instabilidade para as comunidades assentadas em fronteiras mais demarcadas. Também contribuíram fortemente para o declínio dos etruscos, mas acabaram, na Itália, por assentar-se no vale do Pó, participando dos fluxos de objetos e valores culturais, até serem conquistados e, finalmente, transformados em cidadãos romanos.

Roma e os latinos representam um caso especial. Entre os séculos VI e V a.C., seu desenvolvimento foi muito semelhante ao dos etruscos: urbanização, elites

aristocráticas e guerreiras dominando uma população camponesa dependente e grande abertura a influências externas. A partir do século V a.C., Roma e o Lácio se fecharam progressivamente: primeiro como cidades e cidadanias distintas, depois como uma ampla aliança que compartilhava deveres e direitos, como o matrimônio e o comércio.

O rearranjo das fronteiras internas de Roma e no Lácio não se fez pacificamente. A aristocracia dos patrícios, que parece ter assumido o poder após a queda dos reis, negava aos plebeus direitos religiosos, matrimoniais e políticos. Sua base de apoio, além do brilho do nascimento e do apoio do clã familiar, eram os chamados clientes: uma relação que as fontes não permitem definir melhor. Não se conhece a origem dessa divisão entre patrícios e plebeus, mas ela se assemelha a outras aristocracias de nascimento que conhecemos no Mediterrâneo. A aristocracia romana dos patrícios, que se pretendia exclusiva em termos políticos, religiosos e de posse da terra comum, foi intensamente contestada ao longo do século V a.C., como já vimos, e com sucesso.

Embora nossas fontes principais – o historiador latino Tito Lívio e Dioniso de Halicarnasso, que escreveram quase quatro séculos mais tarde – não sejam totalmente confiáveis, ao longo do século quarto, após a invasão gaulesa que derrotou e saqueou a cidade de Roma, as duas metades da cidade, patrícios e plebeus, se uniram numa cidade comum. A hegemonia romana sobre o Lácio tampouco se fez sem conflitos, mas terminou em uma sólida aliança e numa progressiva extensão dos direitos de cidadania.

Os próprios autores antigos já apontavam para a flexibilidade das fronteiras romanas com relação à cidadania como uma das razões da expansão de sua hegemonia pela Itália. De qualquer maneira, a aceitação dessa hegemonia não se deu sem grandes embates. As ameaças de gauleses e de povos da montanha auxiliaram muito na extensão do poder romano sobre a Campânia e a Etrúria, que necessitavam de apoio externo. Muitas cidades, como vimos, foram forçadas a entrar na aliança e cederam parte de seus

territórios. Foi nesses territórios que ocorreu um intenso processo de colonização interna na península, com a criação de cerca de dezenas de novas cidades de direito romano ou latino.

A maior oposição à hegemonia romana veio das tribos samnitas dos Apeninos meridionais e de Tarento, na Magna Grécia. As guerras foram constantes da segunda metade do século quarto. No início do século III a.C., Roma e seus aliados tiveram mesmo que enfrentar um potentado do mediterrâneo oriental: Pirro, rei do Épiro, contratado por Tarento. Foi a primeira vez que soldados itálicos viram elefantes de guerra. Pirro venceu várias batalhas, mas foi derrotado pela quantidade de soldados que a aliança itálica conseguia colocar em campo a cada disputa. Sua impossibilidade de vencer, sem ter sido vencido no campo de guerra, deu origem à expressão “vitória de Pirro” – uma vitória inútil.

Após 270 a.C. e a grande Batalha de Sepino, contra etruscos, celtas e samnitas, Roma e seus aliados dominaram toda a península, com exceção do vale do rio Pó. A ênfase que damos à longa duração não permite que nos atenhamos a detalhes. Mas foram séculos de luta, de alianças entre oligarquias, de conflitos entre ricos e pobres, de transformação institucional, de unificação cultural e de grandes e pequenos feitos. Embora as diferentes localidades guardassem sua identidade, foi uma época revolucionária em termos da capacidade de sua ação comum, sobretudo na construção de um grande poderio militar e na criação de um espaço cultural compartilhado. Foi também uma época de inovação das estruturas de integração. Uma série de estradas começou a ser construída unindo, aos poucos, todos os centros da Itália. Eram caminhos para o exército, mas eram também vias públicas. O latim tornou-se pouco a pouco a língua oficial da comunicação entre os itálicos. Muitas inscrições públicas passaram a ser bilíngues ou redigidas em latim.

A unidade da Itália manteve-se sólida por séculos e resistiu a duas guerras contra Cartago. A segunda, conduzida pelo cartaginês Aníbal, deu-se no próprio coração da península, que o general cartaginês invadiu em 217 a.C., com a esperança de que a coalização se rompesse. Mas isso não ocorreu, com poucas exceções. Cabe perguntar: por quê? A explicação tem a ver com o modo como ocorreu a união da Itália. Apesar das guerras, as cidades não foram destruídas ou submetidas a um império explorador. Muitas eram colônias romanas ou latinas, outras tinham tratados de aliança com Roma, todas participavam dos esforços de guerra e das conquistas, sem perder sua unidade como pólis. Além disso, a união favorecia a integração das elites de cada cidade com Roma.

Veremos logo a seguir como se deu a extensão do poder itálico no Mediterrâneo oriental, por meio da conquista de seus reinos. O longo processo de expansão da hegemonia romana na Itália foi único, pois ocorreu sob as estruturas da pólis. A hegemonia romana na península não implicou uma exploração sistemática das cidades e dos povos submetidos. Muitos receberam a cidadania romana, a maioria tornou-se aliada, sem outra obrigação senão fornecer soldados, seus próprios cidadãos, para o exército comum. Como vimos, se algumas foram expropriadas de parte de suas terras, para abrigar os cidadãos pobres de romanos e aliados, várias dezenas de cidades novas foram criadas, como um esforço de colonização e organização dos territórios agrícolas e de aumento da capacidade militar. A colonização interna da Itália foi uma das chaves da estabilidade política das cidades e do futuro sucesso da aliança. A península tornou-se, mais que qualquer terra do Mediterrâneo, um território de cidades.

No final do século III a.C., a Itália possuía, assim, uma sólida aliança de cidades – em sua maioria dominadas por oligarquias – sem que a hegemonia do centro, Roma, fosse percebida como exploradora. Muitos membros das oligarquias locais entraram no

Senado de Roma. E os interesses regionais, como aqueles marítimos da Etrúria e da Campânia, estiveram por trás das guerras de Roma contra Cartago. Roma oferecia um centro de decisões: um Senado coeso, uma plebe unida, um médio campesinato armado por seus próprios meios, dignificado socialmente e altamente disciplinado. Num mundo dominado por mercenários pagos com prata e ouro, a Itália se destacava pela abundância de homens e por seu exército de cidadãos – muito mais fiel, determinado e barato.

Para entendermos a ascensão de Roma e da Itália à conquista do Mediterrâneo, devemos voltar, nas páginas seguintes, ao que ocorria no Mediterrâneo oriental. Veremos que, aos poucos, os fatos históricos convergiram para uma única narrativa, que o historiador grego Políbio, contemporâneo dos eventos, descreveu com uma *symploke* – um entrelaçamento.

Como vimos nas páginas anteriores, o reino da Macedônia, sob Felipe II, conseguira a hegemonia sobre a Grécia. A própria Macedônia não se mantivera alheia aos tráficos do Mediterrâneo oriental. Após ser ocupada por Xerxes, conduziu uma política expansionista nas costas setentrionais do mar e uniu suas terras altas e baixas, compreendendo muitas pólis e territórios locais. A Macedônia possuía abundantes recursos humanos e metais preciosos – sobretudo ouro –, e a unificação do reino permitiu organizar todos esses recursos em ações concretas. A sociedade era bastante aristocrática e guerreira e um grupo seletivo próximo aos reis – os macedônicos – exercia grande influência no poder e na dominação dos camponeses.

Não se tratava, assim, de uma área atrasada, mas organizada de modo distinto das pólis. Em termos militares, introduziu duas inovações: o uso maciço da cavalaria e um tipo de formação militar conhecido como falange, composto de batalhões de soldados com lanças de diferentes tamanhos. Algumas eram extremamente longas e

formavam uma barreira de pontas aguçadas contra os contingentes adversários. A Macedônia, além disso, era uma terra de cavalos e possuía uma excelente cavalaria.

Por meio de alianças e batalhas, o rei Felipe obteve a hegemonia sobre a Grécia central na batalha de Queroneia, em 338 a.C. Seu filho, Alexandre, chamado O Grande, levou adiante os planos do pai e de muitos gregos de invadir o império persa. As campanhas de Alexandre formam um capítulo especial da História. Por que o imenso Império persa foi derrotado? As conquistas de Alexandre foram determinadas pela qualidade de seu exército? Pela fraqueza momentânea dos persas? Pelo brilhantismo dos generais macedônicos e gregos ou pelo acaso das grandes batalhas?

Todos esses fatores juntos e nenhum deles em particular. Deixamos a resposta para a reflexão do leitor. Aqui ressaltamos as consequências da conquista. Por alguns séculos, a Mesopotâmia, o interior da Pérsia e mesmo o oeste da Índia viram-se implicados em fluxos políticos, comerciais e culturais mediterrânicos. Foi um breve momento de abertura, que não se repetiria nos séculos seguintes.

A unidade da conquista não sobreviveu à morte de Alexandre, em 323 a.C. Seu Império foi dividido entre seus generais (os sucessores) que ocuparam, respectivamente, o Egito, a Ásia e a Macedônia e, por fim, em quatro reinos: Antigônidas, na Grécia, Atálidas na Anatólia, Selêucidas no Levante e na Ásia interior e Ptolomeus no Egito. Seus reinos eram monarquias territoriais e militares, baseadas no poder dos macedônios no exército, que formaram a nova elite. A terra era considerada propriedade dos reis, “conquistada pela lança” e cedida a indivíduos, templos, grupos e cidades por vontade real.

Políbio, o principal historiador do período, ao relatar as conquistas de Antioco na Anatólia, afirma que ele submeteu não apenas as satrapias (antigas províncias persas), mas também as cidades costeiras e todos os poderosos a ocidente do Tauro.

Assegurou seu reinado intimidando seus súditos com sua ousadia e esforço. E foi assim, continua Políbio, por essa expedição, que o julgaram digno da realeza – não apenas os habitantes da Ásia, mas também os da Europa. A legitimidade do poder baseava-se, assim, na força militar e no poder de conquista.

A cunhagem de ouro e de prata se expandiu de início para pagar esses novos mercenários, aos quais se juntavam muitos outros, de todas as parte do Mediterrâneo oriental, alguns deles piratas. A guerra se tornou uma atividade profissional e paga. Foi uma época de guerras incessantes, de conquistas territoriais passageiras, mas também da criação de novas estruturas de poder sobre vastas extensões de território.

Os novos reinos se estendiam sobre áreas muito distintas. A principal atuação dos reis, além da guerra, era a cobrança de tributos, para a manutenção da corte e dos exércitos. Mas sua base territorial incluía territórios organizados por tribos, por aldeias, por formações étnicas, por territórios de templos – como Jerusalém – e por cidades. Alguns contavam com uma burocracia poderosa, herdada do antigo exército persa, como os selêucidas e, sobretudo, os ptolomeus do Egito. A difusão das cidades, macedônias e gregas, foi um dos principais mecanismos de controle territorial. A época dos sucessores conheceu um verdadeiro florescimento das cidades no Mediterrâneo oriental. Mas apenas no Egito podemos afirmar que esse poder criou e manteve um centro territorial, numa pólis muito específica, Alexandria. O centro do poder tendia a se desterritorializar, para centrar-se na corte real.

A historiografia mais antiga ressaltava que houve, após as conquistas de Alexandre, uma verdadeira helenização do oriente. Esse termo, no entanto, deve ser empregado com cuidado. A maior parte das regiões conquistadas manteve sua língua e cultural local, integrando-se ao mundo dos conquistadores. O Egito, por exemplo, ao sul de Alexandria, continuou sendo uma terra de camponeses e de seus templos. A própria

burocracia dos ptolomeus acabou por assimilar as velhas formas de organização do vale do Nilo. O mesmo pode ser dito do vasto reino dos selêucidas, que na origem se estendia até a Índia. O que chamamos de helenismo diz respeito, sobretudo, à expansão da cultura grega entre as elites cidadinas. Nas artes, na religião e nos costumes, é mais correto falar de intensificação das trocas culturais e da criação de uma cultura nova, com elementos provindos de todas as partes. Muitos arqueólogos e historiadores se referem a esse processo, hoje em dia, como uma “hibridização” cultural.

Essa época corresponde, igualmente, a uma mudança profunda nas estruturas internas das pólis. Submetidas a um poder mais extenso, as disputas internas de cada cidade perdiam sua força – as oligarquias tendiam a ser o regime dominante e disputavam a preferência e a benesse dos reis mais poderosos e mais próximos. Internamente, as elites assumiram um papel de proeminência, como mediadoras das relações com os reis. Os cidadãos pobres perderam, no âmbito político ampliado pelas redes, sua capacidade de reivindicação direta. Podiam apenas esperar, ou cobrar, favores dos mais ricos. As liturgias, tão presentes na Atenas democrática, tenderam a desaparecer.

A documentação epigráfica, através de inscrições honoríficas aos benfeitores, mostra isso com clareza. O bem-estar de uma cidade passou a ser simbolizado pela presença de personagens poderosos, ou de funcionários reais, capazes de trazer benefícios às cidades. Trata-se do que os historiadores denominam evergetismo e que viria a ter uma longa história no Mediterrâneo. Os próprios monarcas helenísticos apresentavam-se como evergetas (benfeitores) das cidades dominadas. Como Antioco III, numa inscrição em Teos, que afirma que, tendo em vista o aumento das coisas da cidade, ele próprio devia receber o título não apenas de evergeta do povo, mas de seu salvador.

Ao mesmo tempo, expandiu-se o uso do grego como língua franca e de elite por toda a bacia do Mediterrâneo e hábitos propriamente gregos, como o teatro, o ginásio, os esportes atléticos e os templos de influência grega se espalharam pelo mar oriental – muitas vezes reinterpretados pelas populações locais. Esse é um fator essencial: ser grego deixou de ser uma identidade étnica para tornar-se uma identidade cultural, símbolo do poder e da distinção das elites. O papel da educação e do livro tornaram-se mais importantes do que nunca.

Nas cidades helenísticas do oriente, ao que parece, a antiga associação entre pertencimento à pólis, participação na cidadania e no exército e posse de terras se esvaziou. Os proprietários urbanos, helenizados, passaram a viver da renda produzida pelos habitantes rurais – camponeses que não mais eram cidadãos, mas viviam em aldeias dominadas pela pólis. A integração pela força não apenas formou novas classes dominantes – novas elites –, mas retirou o poder de pressão do *demos* – da população em geral. O resultado foi uma progressiva concentração de renda e uma verdadeira explosão no consumo de luxo.

Alguns novos polos surgiram no Mediterrâneo. Pérgamo, capital dos Atálidas na Anatólia, e a ilha de Rodes assumiram funções comerciais e militares importantes no Egeu. No vale do Nilo, a fundação de Alexandria como pólis grega abriu o interior do Egito para os fluxos mediterrânicos de uma forma decisiva. Alexandria se tornaria, por séculos, uma das grandes capitais econômicas e culturais do Mediterrâneo. Planejada por Alexandre, reformada por seus sucessores, tornou-se a porta de saída do Egito e um grande centro comercial e artesanal.

Com a fundação de sua grande e famosa Biblioteca e do Museu, Alexandria concorria com Atenas e Pérgamo pela posição de escola da Grécia. A cultura havia se tornado não apenas um elemento da vida cotidiana, mas, elevada à sua feição mais

erudita, um instrumento de poder e prestígio. Foi em Alexandria, por exemplo, que a bíblia judaica foi traduzida para o grego. Foi lá, igualmente, que se defiram os clássicos da literatura grega, que surgiu o saber enciclopédico livresco, que se aperfeiçoaram a astronomia, a matemática e onde novas invenções foram criadas, como a máquina a vapor.

Nossas fontes escritas sobre o chamado período helenístico são restritas, embora haja dezenas de inscrições comemorativas: de cidades a seus concidadãos mais ilustres, de reis a cidades e vice-versa e das próprias cidades entre si. Alguns historiadores referem-se a esse período como uma anarquia, por suas guerras incessantes, mas a Arqueologia mostra que foi, igualmente, um período de expansão: nas trocas monetárias, no comércio de bens agrícolas – sobretudo vinho –, na racionalização da exploração da terra, na produção artesanal de objetos feitos em série, na expansão do luxo privado, para os mais ricos, e na difusão de hábitos comuns, para todos. No final do período das hegemonias, com efeito, todas as costas do Mediterrâneo se assemelhavam em sua cultura e seus consumos.

Esse período foi marcado, igualmente, por transformações significativas, tanto nas grandes como nas pequenas artes. Desenvolveu-se um gosto por representações mais dinâmicas e realistas e a arquitetura monumental pública foi progressivamente imitada nos espaços privados dos mais ricos – um exemplo da crescente concentração de renda nas elites das cidades gregas. Por outro lado, se os conflitos sociais não se apagaram, agora eles se dispunham num quadro de poder bem mais amplo, fora do âmbito de resolução de cada cidade. As rebeliões que afetavam muitas cidades eram tratadas assim mesmo – não como assuntos internos – mas como revoltas contra uma ordem superior.

Deve-se ressaltar, por fim, que os reinos helenísticos não intervieram na organização da propriedade privada nas cidades sob seu domínio. O poder da lança lhes permitia taxar e criar impostos sobre os recursos de cada cidade ou região, mas as pólis mantiveram sua autonomia como garantidoras da propriedade em seus territórios. As taxas sobre a propriedade territorial de templos isolados ou de grandes territórios foram, certamente, afetadas, mas a maioria das cidades gregas do oriente viu mesmo suas propriedades aumentarem, com a atribuição de vilarejos e aldeias de camponeses como seus tributários.

Um último ponto diz respeito à difusão das crenças. Por todo o Mediterrâneo oriental, divindades estrangeiras foram relidas e acolhidas dentro de panteões locais. Não houve choques religiosos, apenas com algumas exceções, como a tentativa de Antíoco IV de influenciar o culto de Jeová em Jerusalém, já em finais do século II a.C., que resultou na guerra dos Macabeus. A grande novidade foi a progressiva introdução da ideia de divindade real, já perceptível, talvez, nas moedas de Alexandre, nas quais ele aparece, com frequência, com Hércules. O culto à realeza, estendido para governantes vivos, não foi um movimento apenas do Egito ptolomaico, onde seria mais compreensível, talvez, pelas tradições locais. Foi algo bem mais amplo, que por vezes nos é difícil compreender. Ao mesmo tempo em que o individualismo se expandia, com o enfraquecimento da comunidade da pólis, as ações dos reis pareciam deter um poder sobre-humano – muito além das capacidades de um homem comum.

Diversas correntes filosóficas tentaram dar sentido ao novo mundo do poder. Os estoicos, seguidores do filósofo Zenão, apoiavam uma monarquia universal, capaz de suplantar os limites estreitos da pólis e apontar para uma cidadania também universal. A realeza, para eles, era uma instituição divina, que garantia a ordem do mundo. Os epicuristas afastavam-se da vida da pólis, para cultivar a sabedoria em pequenos grupos.

Os cínicos, por fim, verdadeiros herdeiros de Sócrates, criticavam a ordem estabelecida e a arbitrariedade dos costumes morais. De qualquer modo, a partir do século III a.C., estamos muito longe da filosofia comunitária e política de Platão ou de Aristóteles.